

**À EXMA. SRA. SANDRA MARIA BALBINO MARÇAL – TITULAR DA
GOET - GERÊNCIA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS TRIBUTÁRIAS –
GERÊNCIA DE LEGISLAÇÃO E CONSULTORIA – RUA ESPIRITO
SANTO, Nº 605, 9º ANDAR, CENTRO, CEP 30.160-030.**

**REFERÊNCIA: CONSULTA ADMINISTRATIVA SOBRE CONTRATO
DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS**

MÉTODO TELECOMUNICAÇÕES E COMÉRCIO LTDA., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 65.295.172/0001-85, com endereço na Av. Barão Homem de Melo, nº 3.380, 1º andar, Bairro Estoril, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP 30.494-270, inscrição municipal nº 387365/001-2, vem, respeitosamente, por meio do seu representante legal, nos termos do Decreto 4.995/1985, realizar a presente **CONSULTA ADMINISTRATIVA**, conforme o que se segue:

Em atendimento ao disposto no Decreto 4.995/85, a consulente, que já informou supra o seu nome, número de inscrição municipal e endereço fiscal, informa não estar passando por procedimento fiscal, sendo que o que motiva a presente consulta é a necessidade de esclarecimento quanto ao entendimento jurídico desta r. Gerência acerca de situação jurídica específica, em conformidade com entendimento já antes externado pela mesma, apenas para fins preventivos e esmero andamento às atividades da consulente.

Conforme os contratos de “(...) *LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICAÇÕES COM CAPACIDADE DE COMUTAÇÃO TDM/IP* (...)”, anexos, que são os de números 00010/2015/JUCEES e 008/2015 – SEGER, ambos celebrados no Estado do Espírito Santo e com base na Ata de Registro de Preços nº 022/2015, a consulente, conforme a cláusula “DO OBJETO”, se obrigou à obrigação de locar equipamentos de telecomunicações. Veja:

incidência do ISSQN, a fim de que tenha segurança jurídica ao promover a execução dos mesmos contratos, que tem em andamento, e cujos preços foram formados em processo licitatório com essa noção.

Nesses termos,

Pede deferimento.

Belo Horizonte, 1º de julho de 2016.

MÉTODO TELECOMUNICAÇÕES E COMÉRCIO LTDA.

CNPJ: 65.295.172/0001-85

Carlos Henrique Batista Jr

OAB/MG 91.153



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE ARRECADAÇÕES
GERÊNCIA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS TRIBUTÁRIAS

CONSULTA Nº 036/2016

PROCESSO Nº 01-088.420/16-59, de 01/07/2016.

CONSULENTE: MÉTODO TELECOMUNICAÇÕES E
COMÉRCIO LTDA.

ENDEREÇO: Av. Barão Homem de Melo, 3.380 - 1º andar -
Bairro Estoril - CEP: 30494-270.

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 0.387.365/001-2

AÇÃO FISCAL (art. 5º, Dec. 4.995/85) ☐ sim ☒ não

**ISSQN - LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE
TELECOMUNICAÇÕES - INOCORRÊNCIA DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO - NÃO INCIDÊNCIA
DO IMPOSTO - RATIFICAÇÃO DO
ENTENDIMENTO EXARADO NA CONSULTA Nº
152/2007.**

A locação de equipamentos de telecomunicações, nos termos expressos nos objetos contratuais sob consulta, atividade esta levada a efeito pela mera entrega e disponibilização de bem móvel para uso e gozo do contratante, desvinculada de qualquer obrigação de fazer por parte do contratado, a teor do disposto no art. 565 do Código Civil, não configura, para fins tributários, prestação de serviço sujeita à incidência do ISSQN, por não constar tal atividade, em si mesmo considerada, na lista de serviços tributáveis anexa à Lei Complementar nº 116/2003. O entendimento exarado em face da Consulta nº 152/2007 permanece válido e eficaz e, portanto, perfeitamente cabível e aplicável ao fato concreto em análise, razão pela qual deve ser integralmente ratificado em toda a sua extensão e efeitos.

EXPOSIÇÃO:

A Consulente, com o propósito de buscar a ratificação do entendimento já exarado a seu favor por essa Gerência, nos termos da Consulta nº 152/2007, cuja ementa restou assim redigida: "ISSQN- LOCAÇÃO DE BEM MÓVEL SEM O SEU OPERADOR - NÃO INCIDÊNCIA DO IMPOSTO" e para fins

PUBLICADO NO "DOM"

DE 13.07.2016

PG(S)

Nestes termos, **a atividade sob consulta não configura**, para fins tributários, legítima '**prestação de serviços tributáveis**', **não se sujeitando à incidência do ISSQN**, por não constar na lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116/2003.

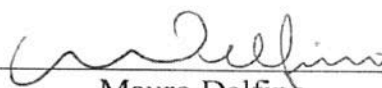
Por oportuno, a título de esclarecimento, cumpre-nos reiterar, nos termos já expressos na Consulta 152/2007, que:

"o aluguel de bem móvel consubstancia-se pela efetiva entrega do bem ao locatário para seu uso e gozo, como se próprio fosse. Trata-se, pois, de obrigação de dar, entregar algo (bem móvel) a alguém e não de obrigação de fazer, de prestar serviços ao contratante, legal",

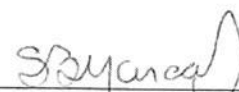
e que,

"Não se considera aluguel de bem móvel, a cessão do bem juntamente com o operador, situação que indica obrigação de fazer, que, estando relacionada na lista de serviços anexa à LC 116, é tributável pelo ISSQN".

GOET, 08 de julho de 2016.


Mauro Delfino
Auditor Fiscal de Tributos Municipais

Aprovo a resposta supra.
Publicar, registrar, dar ciência à Consulente.


Sandra Maria Balbino Marçal - BM. 24.906-1
Gerente de Operações Especiais Tributárias

PUBLICADO NO "DOM"
DE 13 JUL 2016
RG(S) _____

À EXMO. SR. ROGÉRIO AUGUSTO MENDES DE MATTOS – ANALISTA DO EXECUTIVO, GESTÃO DE CONTRATOS – SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Referência:

OF./SEGER/SUBAD/Nº 022/2016, DE 7 DE JUNHO DE 2016

Contratos nº 008/2015/SEGER e 00010/2015/JUCEES

Ata de Registro de Preços nº 022/2015 - SEGER

MÉTODO TELECOMUNICAÇÕES E COMÉRCIO LTDA., já qualificada no contrato de número supra referido, vem, respeitosamente, por meio do seu representante legal, quanto ao **OFÍCIO** acima referido, apresentar sua **RESPOSTA**, a qual consiste em **ATENDIMENTO À SOLICITAÇÃO** realizada por Vossa Senhoria, o que faz nos seguintes termos:

Solicitados no sentido de que apresentem 1) consulta ou 2) legislação do Fisco competente que comprove a não incidência de ISSQN especificamente para o objeto dos contratos em questão, vem a empresa solicitada se externar no sentido de que tomará **ambas as providências solicitadas**, acreditando que, com o atendimento imediato de uma delas, poderá já ter sendo deferido o pagamento das parcelas vencidas e ainda não realizadas em seu favor, isso em razão da questão objeto do referido ofício.

Nesse sentido, realizou a consulta solicitada, conforme o anexo, ante ao Município de Belo Horizonte, onde se situa a empresa e onde é o seu domicílio fiscal, com relação ao objeto dos contratos em questão, sendo que, em até 30 dias, conforme a legislação do município que disciplina o procedimento respectivo (Decreto Municipal 4.995/1985), a resposta à consulta realizada lhe será enviada. Tão logo seja enviada a referida resposta, a mesma será repassada para a solicitante.

pagamentos retidos relativos às parcelas já vencidas previstas no contrato havido entre as partes.

Segue anexa a legislação referida, bem como o comprovante de realização da consulta.

Nesses termos,

Pede deferimento.

Belo Horizonte, 4 de julho de 2016.

MÉTODO TELECOMUNICAÇÕES E COMÉRCIO LTDA.

CNPJ: 65.295.172/0001-85